

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CAMPUS** 2 **(CONCAM) DE BRAGANÇA PAULISTA**

3 Aos vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, na sala 3 do Câmpus Bragança
4 Paulista do Instituto Federal de São Paulo, realizou-se a reunião ordinária do Conselho
5 de Campus, sob presidência de Maurício Costa Carreira, e com a presença dos
6 conselheiros Adriano Henriques Machado, Ariana Paula da Costa Silva, João Junior
7 Marques de Lima, Letícia Souza Netto Brandi, Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi, Maria
8 José Ferreira da Silva André e Victor Hugo de Campos. **Ausências justificadas:**

9 Nathália de Oliveira Maia Silva, Tiago Minoru Taguchi, Mayara Fernanda Oliveira
10 Lima. **ABERTURA:** às 15h08, o presidente deu início à sessão ordinária.

11 **EXPEDIENTE:** 1 – aprovação da ata da reunião anterior, registrando-se 6 votos a
12 favor, nenhum contrário e 1 abstenção. **ORDEM DO DIA: 1 – Projeto Pedagógico do**

13 **curso de Licenciatura em Matemática**– O presidente solicita à relatora Prof.^a Letícia a
14 leitura do relatório com seu parecer. A relatora lembra que os representantes do curso de
15 Licenciatura em Matemática solicitaram um tempo para apresentar a proposta do PPC
16 antes da leitura e votação do parecer. Dessa forma o presidente consulta os conselheiros
17 se eles concordam que os representantes da matemática tenham fala, não havendo
18 nenhuma objeção. Um dos representantes da Matemática, Prof. Rodrigo, explica que o
19 curso iniciou em 2011 e atende estudantes de um grande número de cidades, sendo que
20 muitos já atuam em escolas da região. O PPC atual foi aprovado em 2010 pelo
21 Conselho Superior e não foi uma construção coletiva, sendo fruto de uma costura de
22 projetos que estavam sendo implantados em outros campi e após a implantação do curso
23 percebeu-se que o currículo precisava de adequações. As discussões se iniciaram em
24 2014 e a princípio a carga horária não seria alterada pois atende às especificações legais.

25 As alterações afetariam apenas o conteúdo, visando por exemplo preencher lacunas
26 trazidas pelos alunos da educação básica. Também havia críticas dos alunos quanto à
27 falta de flexibilidade das atividades complementares. Era necessário também discutir a
28 natureza e organização do TCC, visto que muitos alunos estavam estendendo a duração
29 do curso devido a dificuldades em terminar o TCC. O curso foi avaliado pelo MEC no
30 final de 2014 e foram feitas algumas críticas em relação ao projeto que deveriam ser
31 revistas. Em julho de 2015 houve uma mudança nas diretrizes nacionais dos cursos de
32 formação de professores, incluindo uma ampliação da carga horária mínima, que passou
33 de 2800h para 3200h. Foi feita então uma pesquisa com os alunos sobre vários aspectos

34 do curso e com base nisso foi feita a ampliação da carga horária de alguns componentes
35 curriculares teóricos do curso, privilegiando as disciplinas que discutem a matemática
36 da educação básica, enquanto outras disciplinas com perfil de bacharelado em
37 matemática foram retiradas. Atividades de prática de ensino foram inseridas como parte
38 dos componentes teóricos, aparecendo em todas as disciplinas da matemática. O estágio
39 também foi alterado, ficando dividido em 4 etapas: na 1ª o aluno não entra em sala de
40 aula, apenas conhece o trabalho pedagógico da escola e a gestão escolar. Numa segunda
41 etapa atuaria nos anos iniciais do ensino fundamental. Na 3ª etapa atuaria nos anos
42 finais do ensino fundamental e na última atuaria no ensino médio. Após a fala do
43 representante da matemática, o presidente sugere nesse momento que sejam feitos
44 questionamentos sobre o PPC caso ainda haja dúvidas antes de prosseguir com a leitura
45 do relatório. O presidente questiona se o corpo docente atual atende às mudanças
46 propostas. A prof.^a Iracema esclarece que a tabela de impacto do curso foi elaborada
47 levando-se em consideração os novos cursos que estão sendo oferecidos e o EJA, e que
48 sem o último é possível atender à demanda. O presidente explica que o EJA é um
49 problema herdado que está na legislação desde a época que o Instituto ainda era CEFET
50 e a instituição era obrigada a ofertar essa modalidade, mas a maioria das unidades do
51 IFSP não o fazem e que não se deve preocupar com essa questão pois o curso não existe
52 e caso o MEC exija cabe o questionamento da limitação do número de docentes. A
53 conselheira Ariana questiona então sobre uma disciplina chamada organização e política
54 educacional, que contempla o tema da educação inclusiva e se não poderia ser sugerido
55 na tabela de Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento (ATPA) que o aluno atue
56 em instituições com crianças que tenham problemas de desenvolvimento ou deficiência,
57 como a APAE. O Prof. Rodrigo esclarece que o aluno pode desenvolver atividades
58 nessa área, porém isso seria opcional, visto que não é possível obrigar que as atividades
59 de ATPA sejam desenvolvidas em alguma determinada área uma vez que elas
60 dependem do interesse do aluno. Ressalta também que há oportunidades de se trabalhar
61 nessa área durante o estágio pois dificilmente não há pelo menos uma criança com
62 algum tipo de deficiência nas turmas. Estava prevista também uma ampliação da carga
63 horária da disciplina de Libras e a criação de uma disciplina teórica sobre a questão da
64 educação de deficientes mas não há professores com tal habilitação. O presidente
65 destaca que poderia ser colocado que a realização de atividades voltadas à educação de
66 deficientes poderia ser colocada como preferencial mas sem ser obrigatório e que isso
67 poderia inclusive ajudar em futuras avaliações do MEC. O conselheiro Adriano observa

68 que o Projeto Político Pedagógico do campus não é citado nem na legislação e nem ao
69 longo do texto do PPC e que isso é algo importante. Ele lembra também que quando o
70 Projeto Político Pedagógico foi aprovado uma das obrigações é que ele deveria estar
71 amplamente disponível e que na mudança do site antigo para o novo ele foi retirado.
72 Terminados os questionamentos o presidente então passa a palavra para a relatora para
73 que faça a leitura do relatório e emita seu parecer. A relatora então explica que seu
74 relatório foi dividido em três tópicos: histórico do curso, análise e considerações e por
75 último o parecer. Ela relata então que o curso de Licenciatura em Matemática é
76 oferecido desde o segundo semestre de 2011 com intuito de suprir a demanda de
77 professores da educação básica da região bragantina. A Reformulação do PPC iniciou-
78 se em novembro de 2014 sob a coordenação do Prof. Rodrigo Rafael Gomes. Após a
79 reformulação do PPC ele foi enviado via e-mail em 11/11/2016 pela Prof.^a Iracema,
80 coordenadora do curso, para análise e relatoria. Em 18/11/2016 nova versão do projeto
81 foi encaminhada para todos os membros do CONCAM para análise e parecer. Iniciando
82 sua análise, a relatora cita resolução do conselho nacional de educação que amplia a
83 carga horária dos cursos de licenciatura de 2800h para 3200h, sendo que o curso
84 atualmente possui carga horária de 2935h. Após todos os trâmites, o PPC de ser enviado
85 a PRE anexado com a análise técnico pedagógica realizada pelo campus em memorando
86 de encaminhamento pelo diretor até dezembro de 2016. A relatora prossegue, sugerindo
87 alguns ajustes ao PPC. No tópico 7.1, estabelece-se o oferecimento do curso no período
88 diurno. Atualmente o campus possui limitação de estrutura física e o oferecimento do
89 curso está restrito ao período matutino. Tendo em vista que as novas instalações estarão
90 aptas ao funcionamento e que o PPC só entrará em vigor no segundo semestre de 2017 é
91 possível pensar em ofertar o curso no período noturno para atender o aluno trabalhador.
92 Dessa forma seria interessante contemplar no PPC que o curso seja diurno e/ou noturno.
93 Quanto aos componentes de Cálculo Numérico e Introdução de Algoritmo e
94 Programação, ministrados no 7º semestre, se propõe a trabalhar de forma
95 interdisciplinar, porém só a primeira apresenta pré-requisitos, de forma que não há
96 obrigatoriedade que as disciplinas sejam cursadas simultaneamente. Propõe-se
97 padronizar ou não a exigência do pré-requisito. Alguns componentes curriculares
98 também não possuem assinalados a abordagem metodológica, que podem ser T para
99 teoria, P para prática, e T/P para teórico-prática. A ausência dessa informação dificulta a
100 elaboração do horário e ensalamento futuramente e sugere-se a adequação. No tópico 14
101 que trata da atividade de pesquisa discrimina portaria de novembro de 2011 que orienta

102 a elaboração de projetos de pesquisa. A relatora recomenda verificar se a portaria ainda
103 está vigente visto que recentemente foi instituída comissão para avaliação da atividade
104 docente. No tópico 11.6 que trata de convênios, propõe-se a articulação de convênios
105 exclusivamente com instituições públicas, e aconselha-se possibilitar o convênio também
106 com entidades privadas. Como se trata de uma reformulação, a relatora sugere a
107 elaboração de um quadro de equivalência de disciplinas, e também que seja agregado ao
108 processo do PPC o estudo de impacto de força de trabalho. A relatora então emite
109 parecer favorável à aprovação desde que sejam atendidas as recomendações, salvo
110 melhor juízo. O conselheiro Kurahassi relata que para elaborar um quadro de
111 equivalência é preciso fazer um estudo e uma posterior reunião de colegiado para
112 aprovação do quadro e que devido ao curto prazo para a aprovação do PPC não seria
113 possível fazer isso nesse momento e que seria melhor encaminhar o PPC e trabalhar no
114 quadro no próximo semestre antes da entrada do mesmo em vigor. O presidente solicita
115 então que os conselheiros votem pela aprovação ao não do PPC, sendo aprovado com 6
116 votos a favor, 1 contrário e nenhuma abstenção. **2 – Alteração do calendário**
117 **acadêmico de 2016 do curso técnico concomitante ou subsequente (aulas dos dias 5**
118 **e 19/11) – aprovada ad referendum**—O presidente explica que o coordenador do curso
119 de Tecnologia em Mecatrônica Industrial o procurou para solicitar a troca de 2 sábados
120 do calendário letivo, invertendo os dias 05/11 e 19/11 devido à realização do ENEM e
121 impossibilidade de muitos alunos comparecerem. Como era algo simples e não havia
122 tempo nem necessidade para convocação de uma reunião extraordinária a decisão foi
123 tomada *Ad Referendum*, portanto se faz necessário que o CONCAM referende a decisão
124 ou não. O presidente pede então que os conselheiros votem, sendo referendada a decisão
125 por unanimidade.**3 – Pauta da próxima reunião**— O presidente sugere que na primeira
126 reunião de 2017 seja definido o calendário de reuniões para o próximo semestre. A
127 conselheira Letícia pondera que o horário do próximo semestre ainda não está definido
128 e fica difícil definir um horário pois pode coincidir com período de aula. O presidente
129 relata que em anos anteriores foi feita uma enquete com os conselheiros para decidir a
130 data da primeira reunião do ano através de e-mail enviado pela secretária do conselho e
131 propõe que seja feito dessa forma novamente e pede que os conselheiros se manifestem
132 contra ou a favor pra proposta, sendo aprovada por unanimidade. Não tendo mais
133 assuntos a tratar e após as formalidades de encerramento, o Diretor Geral do campus,
134 Prof. Mauricio Costa Carreira, deu por encerrada a reunião às 16 horas e eu, Vinícius
135 Abrantes de Souza, lavrei a presente ata a qual dato e assino com os demais presentes,

136 conforme ata de assinaturas anexa a esta ata descritiva do assunto tratado ao longo desta
137 reunião. Bragança Paulista, 24 de Novembro de 2016. **Observação:** Devido a problemas
138 técnicos, a reunião não foi registrada em vídeo.

139 Vinícius Abrantes de Souza _____

140 Maurício Costa Carreira _____

141 Adriano Henriques Machado _____

142 Ariana Paula da Costa Silva _____

143 João Junior Marques de Lima _____

144 Letícia Souza Netto Brandi _____

145 Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi _____

146 Maria José Ferreira da Silva André _____

147 Victor Hugo de Campos _____